

# ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2024/2025

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR044565/2024

**SINDICATO DOS EMPREGADOS EM AUTO ESCOLA, C.F.C., DESPACHANTES E TRANSPORTE ESCOLAR DE OSASCO E REGIAO/SP - SINTRATEOR**, CNPJ n. 07.506.826/0001-76, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). HUBERTO FERNANDO DA SILVA;

E

**TRANSPORTE ACESSIVEL UNICARGA LTDA**, CNPJ n. 00.320.527/0003-65, com sede na Rua Isaías Luiz Matiazzo, 143, Serpa, Caieiras/SP, neste ato representado(a) por seu sócio-diretor Sr. ALEXANDRE DE FREITAS BORGES, inscrito no CPF nº 093.098.398-05;

Celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de maio de 2024 a 30 de abril de 2025 e a data-base da categoria em 01º de maio.

## CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) CATEGORIA DOS TRABALHADORES EMPREGADOS NAS EMPRESAS DE TRANSPORTE ESCOLAR, com abrangência territorial em Barueri/SP, Caieiras/SP, Cajamar/SP, Carapicuíba/SP, Cotia/SP, Embu das Artes/SP, Embu-Guaçu/SP, Francisco Morato/SP, Franco da Rocha/SP, Itapeverica da Serra/SP, Itapevi/SP, Jandira/SP, Juquitiba/SP, Mairiporã/SP, Osasco/SP, Pirapora do Bom Jesus/SP, Santana de Parnaíba/SP, São Lourenço da Serra/SP e Taboão da Serra/SP

## Salários, Reajustes e Pagamento

### Piso Salarial

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE

Os pisos salariais mensais serão reajustados em 3,93% (três inteiros virgula noventa e três porcentual) a partir de 01 de maio de 2024, observada a jornada legal de trabalho de 44 horas

semanais ou 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO PISO SALARIAL**

Ficam estipulados os seguintes Pisos Salariais para jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais ou 220 (duzentos e vinte) horas mensais, sendo permitido o valor proporcional destes quando a jornada cumprida for inferior a esta:

a) Motorista de Veículo Leve (Vans ou Micro-ônibus) de Transporte Escolar: R\$ 2.247,00 (dois mil, duzentos e quarenta e sete reais) por mês;

b) Motorista de Ônibus de Transporte Escolar: R\$ 2.607,00 (dois mil e seiscentos e sete reais) por mês;

c) Monitor: R\$ 1.773,00 (hum mil e setecentos e setenta e três reais) por mês;

d) Demais empregados, em áreas administrativas, técnicas ou operacionais: R\$ 1.640,00 (hum mil e seiscentos e quarenta reais) por mês.

#### **CLÁUSULA QUINTA - REMUNERAÇÃO**

Salvo expressa manifestação em contrário por parte dos empregados, o Empregador se obriga conceder um adiantamento salarial até o dia 20 (vinte) de cada mês de no mínimo 40% (quarenta por cento) do salário nominal do mês em curso, antecipando-se para o primeiro dia útil imediatamente anterior, se este recair aos sábados, domingos e feriados.

**Parágrafo único:** A data do pagamento do salário mensal será o 5º dia útil do mês subsequente ao da realização do trabalho, salvo casos excepcionais.

#### **Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo**

#### **CLÁUSULA SEXTA - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO**

O Empregado chamado para substituir outro Empregado, fica assegurado o direito de receber igual salário no período da substituição.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO**

O Empregador fica obrigado a fornecer aos seus Empregados o comprovante de pagamento salarial (holerite), com a discriminação das horas trabalhadas, de todos os títulos que acompanham a remuneração, das importâncias pagas, dos descontos efetuados e da indicação do valor mensal a ser recolhido ao FGTS, inclusive com identificação do Empregador.

#### **Descontos salariais**

#### **CLÁUSULA OITVA – DESCONTOS**



O desconto no salário do Empregado nos casos de dano, prejuízo ou multa, será possível desde que, garantido direito de defesa ao Empregado no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data da comunicação do fato e somente após comprovado o dolo ou culpa do mesmo, o desconto poderá ocorrer no contra recibo com discriminação.

**Parágrafo primeiro:** Considerando-se que pela natureza da prestação dos serviços, os veículos do Empregador acordante possuem Seguro de Responsabilidade Civil Facultativa para Auto, objetivando a proteção em caso de danos materiais, corporais e morais causados de formas involuntárias à terceiros, fica aqui previamente autorizado ao Empregador efetuar o desconto de até 30% (trinta por cento) da remuneração do Empregado, em caso de utilização desse seguro para reparos em veículos de terceiros ou danos matérias causados por culpa ou dolo do Empregado.

**Parágrafo segundo:** A eventual demissão de Empregados com débitos autorizados, ou motivados após ampla defesa será descontado na rescisão, inclusive com antecipação, se for o caso de existir parcelas em aberto, respeitado o limite legal de até 30% sobre o total bruto das verbas rescisórias.

## **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

### **Auxílio Alimentação**

#### **CLÁUSULA NONA - CESTA BÁSICA/CARTÃO ALIMENTAÇÃO**

O Empregador concederá mensalmente a todos os seus Empregados, uma cesta básica fornecida por meio de um cartão alimentação através de empresa fornecedora especializada no vale alimentação, com crédito do valor de **R\$ 146,24 (cento e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos)** ou cesta básica com produtos "in natura" em valores iguais ou superiores ao estipulado na cesta paga mediante cartão magnético.

**Parágrafo Primeiro:** Perderá o direito a cesta básica o Empregado que se ausentar injustificadamente do serviço, por período igual ou superior a 2 (dois) dias no mês.

**Parágrafo Segundo:** A cesta básica será creditada no correspondente cartão alimentação até o dia 05 (cinco) do mês. Recaindo o dia de vencimento em sábado, domingo ou feriado, fica a entrega prorrogada para o 1º dia útil subsequente.

**Parágrafo Terceiro:** Os Empregados admitidos após o dia 10 (dez) de cada mês, não terão o direito a este benefício, no mês da admissão.

**Parágrafo Quarto:** Os Empregados afastados do serviço por motivo de doença ou acidente do trabalho com percepção do auxílio-doença previdenciário, receberão este benefício relativo à cesta básica por até 03 (três) meses consecutivos, no máximo, a contar da data da comunicação de seu afastamento a empregadora ou até o momento em que passarem a receber o auxílio previdenciário do INSS.

**Parágrafo Quinto:** A cesta básica instituída pelo presente acordo coletivo de trabalho constitui benefício de natureza social, não integrando o salário, de forma que sobre ela não incidirão

quaisquer outros títulos, contribuições previdenciárias, fiscais ou de qualquer outra natureza. Assim, estabelecido que o benefício possui natureza indenizatória, não integrando o salário para qualquer finalidade.

### **Auxílio Refeição**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - VALE REFEIÇÃO**

O Empregador concederá a todos os seus Empregados que cumprirem jornadas de trabalho superiores a 06 (seis) horas diárias, a importância de **R\$ 21,00 (vinte e um reais)** por dia efetivamente de trabalhado a título de vale refeição ou alimentação, sem efeito na remuneração do empregado, por meio de um cartão magnético através de empresa fornecedora especializada no vale refeição

**Parágrafo Primeiro:** Os Empregados não receberão este benefício no período que estiverem afastados pela Previdência Social, em licença remunerada ou não, ou em gozo de férias;

**Parágrafo Segundo:** O crédito do vale refeição se fará até o dia 05 (cinco) do mês. Recaindo o dia de vencimento em sábado, domingo ou feriado, fica a entrega prorrogada para o 1º dia útil subsequente;

**Parágrafo Terceiro:** O Empregado não terá direito ao recebimento do vale refeição dos referidos dias em que faltar trabalho de forma injustificada ou mesmo justificada e ainda nos casos de suspensão e interrupção do contrato de trabalho previstos neste acordo coletivo e a legislação vigente.

**Parágrafo Quarto:** No caso de admissão no curso do mês, os empregados previstos nesta cláusula farão jus ao recebimento proporcional do vale refeição ou alimentação, com base nos dias efetivamente trabalhados

### **Auxílio Transporte**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- VALE TRANSPORTE**

**Parágrafo Primeiro:** O Empregador deverá fornecer o benefício do Vale Transporte, podendo efetuar o desconto estabelecido pela Lei nº. 7.418/85, de no máximo até 6% (seis por cento), ficando facultado aos mesmos o fornecimento do referido vale em dinheiro, sendo que neste caso, deverá ser efetuado o pagamento juntamente com o salário do mês, não tendo natureza remuneratória.

**Parágrafo Segundo:** Não fará jus ao benefício do Vale Transporte o Empregado que utilizar o veículo do **Empregador** para sua locomoção de ida e volta da residência ao trabalho ou que não precise utilizar transporte para seu deslocamento até o trabalho.

### **Auxílio Saúde**



## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONVÊNIO MÉDICO

O Empregador custeará o Convênio Médico de cada um de seus empregados no valor de R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais).

**Parágrafo Primeiro:** A empresa operadora do Plano de Saúde, que será aquela indicada pelo SINDICATO DOS EMPREGADOS EM AUTO ESCOLA, C.F.C., DESPACHANTES E TRANSPORTE ESCOLAR DE OSASCO E REGIAO/SP, CNPJ n. 07.506.826/0001-76, enviará o boleto de pagamento do referido benefício aos Empregados até o dia 05 de cada mês, cuja data de quitação será o dia 15 subsequente.

**Parágrafo Segundo:** Que a fim de minimizar e evitar ocorrências, fica acordado que o Sindicato dos Trabalhadores é o responsável exclusivo pela indicação das empresas operadoras do Convênio Médico, sendo que o Sindicato Profissional, fará pesquisa de mercado, informando aos empregadores, quais as empresas prestadoras do serviço escolhidas, levando-se em conta a qualidade e o serviço, podendo ser mais de uma operadora, ficando o Empregador responsável pelo pagamento dos Boletos Mensais referentes a este Convênio Médico, sendo o Empregador, também, responsável pela informação do número de Empregados para adesão ao Convênio Médico, bem como manter atualizado o cadastro desses Empregados, quando das Admissões e Demissões.

**Parágrafo Terceiro:** Fica vedado o cumprimento do referido benefício através do pagamento em espécie, devendo os empregadores observar o disposto no "caput" desta cláusula.

**Parágrafo Quarto:** O Sindicato Profissional, NÃO responderá SOLIDARIAMENTE ou SUBSIDIARIAMENTE, pela falta de pagamento do boleto ou por qualquer dano causado pela prestadora do serviço deste benefício.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CONVÊNIO FARMÁCIA

O Empregador se obriga a firmar convênios com farmácias e drogarias para que seus empregados possam utilizar em compras.

**Parágrafo primeiro:** O Empregador está autorizado descontar dos salários diretamente na folha de pagamento dos empregados os valores referentes as compras na empresa indicada pelo sindicato, conforme artigo 462 da CLT.

**Parágrafo segundo:** As empresas conveniadas (farmácias e drogarias), deverão ser indicadas pelo sindicato da categoria profissional.

### Seguro de Vida

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SEGURO DE VIDA

O Empregador oferecerá SEGURO DE VIDA em grupo para cobertura de indenização por morte de qualquer natureza, morte acidental e invalidez total ou parcial por doença acidentária em decorrência da atividade profissional dos Empregados abrangidos.

**Parágrafo Primeiro: Coberturas das indenizações conforme valores e natureza abaixo:**

- a) 10 (dez) vezes o piso salarial de Motorista (alínea “a” da cláusula quarta) em caso de Morte Natural, Morte Acidental, Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente.
- b) Assistência Funeral Individual R\$ 5.000,00.

**Parágrafo Segundo:** Fica excluída da presente cláusula o Empregador que já mantenha, por sua conta, apólice de seguro de vida em grupo, com cobertura igual ou superior aos capitais acima indicados.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONSIGNAÇÃO DE EMPRÉSTIMO**

O sindicato celebrará convênio(s) com instituição(ões) financeira(s) para possibilitar a concessão de empréstimo consignado em folha de pagamento para trabalhadores da categoria, instituição que será indicada exclusivamente pelo SINDICATO DOS EMPREGADOS EM AUTO ESCOLA, C.F.C., DESPACHANTES E TRANSPORTE ESCOLAR DE OSASCO E REGIAO/SP, CNPJ n. 07.506.826/0001-76.

O Empregador descontará de seus Empregados, mediante averbação em folha de pagamento e apresentação, pela financeira ou instituição bancaria indicada pelo sindicato, de relação de nomes e valores, as importâncias correspondentes a convênios de empréstimo consignado em folha de pagamento, desde que autorizados individualmente pelos mesmos, encaminhando-se cópia destas autorizações ao Empregador, e observando os limites da Lei 10.820 de 2003, repassando estas importâncias ao sindicato, até o dia 10 de cada mês;

**Parágrafo Primeiro:** Desde que expressamente autorizado pelo Empregado, ficam legitimados os descontos salariais de Empréstimos Consignados em folha de pagamento, entre outros.

**Parágrafo Segundo** – Os Bancos ou financeiras deverão necessariamente estarem registradas no BACEN, e deverão, necessariamente, serem avaliadas e aprovadas pelas entidades sindicais.

**Parágrafo Terceiro:** Que a fim de minimizar e evitar ocorrências, fica acordado que o Sindicato dos Trabalhadores é o responsável exclusivo pela indicação das empresas operadoras da Empréstimo Consignado, sendo que o Sindicato Profissional, fará pesquisa de mercado, informando aos Empregadores, quais as empresas prestadoras do serviço escolhidas, levando-se em conta a qualidade e o serviço, podendo ser mais de uma operadora, ficando o Empregador responsável pelo desconto do Empréstimo Consignado na folha de pagamento do Empregado, sendo o Empregador também responsável em manter atualizado o cadastro de seus Empregados, quando das Admissões e Demissões.

**Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

**Outras normas para Admissão/Contratação**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONTRATO DE TRABALHO E EXPERIÊNCIA**

Os contratos de experiência celebrados entre Empregados e Empregadores das categorias signatárias terão duração de no máximo 90 (noventa) dias, embora possa ser prorrogada uma única vez, desde que não ultrapasse tal período, nos termos do artigo 445, parágrafo único, da CLT.

**Parágrafo primeiro:** Para os trabalhadores que já prestaram serviços para o Empregador acordante e que forem demitidos e readmitidos antes de completados 60 (sessenta) dias entre um fato e outro, não será necessário a exigência de contrato de experiência.

**Parágrafo segundo:** Considerando que a contratação de motoristas e monitores pelo Empregador acordante se dá em razão do contrato de prestação de serviços de transporte escolar firmado com a Prefeitura Municipal ou o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, cujo objetivo é transportar alunos da rede pública de ensino, e que, por isso, não há transporte deste alunos e consequente prestação de serviços pelo período das férias escolares, poderá haver suspensão do contrato de trabalho de motoristas e monitores pelo mesmo período, podendo o Empregador também optar por férias coletivas ou pela demissão e posterior contratação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO TRABALHO INTERMITENTE**

O trabalho intermitente poderá ser utilizado por até 30% do quadro funcional do Empregador, sendo remunerado pela hora efetivamente trabalhada, ficando vedada remuneração inferior ao piso da categoria, não se somando a estas, os intervalos inter e intrajornada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CONTRATAÇÃO DE ASSOCIADOS**

O Empregador que participar de licitação, poderão solicitar ao sindicato profissional a indicação de seus associados para possível contratação, onde seguirão os critérios estabelecidos no inciso I do artigo 544 da CLT.

#### **Aviso Prévio**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AVISO PRÉVIO**

Ao Empregado, se dispensado sem justa causa, será devido o aviso prévio de 30 (trinta) dias àquele que laborava até 01 (um) ano na mesma empresa, e acrescido de três dias a cada ano trabalhado até o limite de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 dias, nos termos da Lei nº. 12.506/11.

**Parágrafo Único:** A falta de concessão de aviso prévio por parte do Empregado dará o direito ao Empregador em descontar o valor do último salário percebido pelo Empregado, nos termos do artigo 487, parágrafo 2º. da CLT.

#### **Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORMULÁRIOS**



O Empregador, desde que solicitado, fornecerá aos seus Empregados os documentos necessários, relativos ao vínculo laboral, para obtenção de benefícios previdenciários.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ASSISTÊNCIA DO SINDICATO E HOMOLOGAÇÃO**

Considerando que nos termos do artigo 611-A da CLT, estabelece que a “Convenção Coletiva e o Acordo Coletivo de Trabalho têm prevalência sobre a Lei, ficando facultativa a realização das homologações na entidade Sindical profissional, a partir de seis meses de contrato independentemente da modalidade e prazo. Vedada a realização das homologações em comissão de conciliação ou tribunal de mediação e arbitragem.

**Parágrafo Primeiro:** Havendo solicitação formal, o Empregador fica obrigado a apresentar os comprovantes das contribuições previstas neste instrumento, bem como os comprovantes dos pagamentos de todos os benefícios previstos neste acordo.

#### **CLAUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA CARTEIRA DE CLASSE**

Pelo fato da categoria de Transporte Escolar. ter peculiaridades específicas, bem como mão de obra especializada, as partes acordam, que para a identificação dos trabalhadores da categoria, o sindicato profissional expedirá, mediante cadastro e requerimento do interessado associado. carteira de identificação constando necessariamente o CBO da profissão, bem como certificando a categoria.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

Fica assegurado, o direito dos Empregados e Empregadores, na vigência ou não do contrato de emprego, firmar ou não o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas, obrigatoriamente na presença do Sindicato dos Empregados da Categoria, nos termos do artigo 507-B da CLT.

**Parágrafo Primeiro:** O termo discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente e dele constará a quitação anual dada pelo Empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

#### **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

##### **Qualificação/Formação Profissional**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA -CURSOS OBRIGATÓRIOS DE TRÂNSITO**

Os Empregadores não são obrigados a subsidiar aos Empregados à realização dos cursos exigidos pelas autoridades de trânsito para o exercício de suas funções, sendo responsabilidade dos trabalhadores se manterem em dia com as obrigações inerentes ao exercício de suas atividades,



porém os cursos ministrados por empresa certificadas a que o Empregador tiver acesso sem custo, poderão ser disponibilizados.

## **Ferramentas e Equipamentos de Trabalho**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DOS DANOS MATERIAIS**

O Empregado será responsabilizado por quaisquer danos que causar ao veículo do Empregador, bem como multas de trânsito, e outros prejuízos, quando ficar comprovado que agiu com culpa ou dolo no evento, nos termos do artigo 462, parágrafo 1º da CLT.

## **Outras estabilidades**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA GARANTIA DE EMPREGO NAS SITUAÇÕES ESPECIFICADAS**

São asseguradas aos Empregados todas as garantias e estabilidades provisórias no emprego, conforme definidas na legislação.

Alínea "a": À empregada gestante é assegurada à estabilidade provisória no emprego, desde o início da gestação até 05 (cinco) meses após o parto, nos termos do artigo 10, II, "b", da ADCT.

Alínea "b": Ao Empregado afastado pela Previdência Social fica assegurada à estabilidade provisória pelo período previsto nas leis da Previdência Social.

Alínea "c": Fica assegurado o emprego ou salário ao Empregado em idade de prestação de serviço militar obrigatório, desde o alistamento prévio até 60 (sessenta) dias após o término do compromisso, salvo a hipótese de dispensa por motivo de falta grave, mútuo acordo ou pedido de dispensa.

## **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

### **Duração e Horário**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA JORNADA DE TRABALHO**

A jornada de trabalho normal será de no máximo 44 (quarenta e quatro) horas semanais e 08 (oito) horas diárias efetivamente trabalhadas, nos termos do artigo 7º. XIII, da Constituição Federal observada às normas do capítulo II do Título II, da CLT.

**Parágrafo Primeiro:** O Empregador manterá um intervalo para repouso ou alimentação, que deverá respeitar o limite máximo de 05h00 (Cinco horas), tendo em vista a possibilidade facultada pelo art. 71, parágrafo 2º da CLT;

**Parágrafo Segundo:** Fica estabelecida a possibilidade de compensação da jornada de trabalho,

através da utilização de banco de horas, podendo o excesso de horas em um dia ser compensado em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de 01 (um) ano, a soma da jornada semanal, nem seja ultrapassado o limite máximo de 10 (dez) horas, nos termos do parágrafo 2º do artigo 59 da CLT.

**Parágrafo Terceiro:** Fica estabelecida a possibilidade de compensação semanal da jornada de trabalho, de forma que a jornada de um dia poderá ser compensada com a de outro dia trabalhado na mesma semana, desde que não ultrapasse o limite de 44 horas semanais.

**Parágrafo Quarto:** Em face da natureza intermitente do labor em transporte escolar, reconhece-se que, em caso de existência de intervalos intrajornadas, os mesmos não se computam como jornada de trabalho, salvo se o Empregado se mantiver, comprovadamente, à disposição do Empregador.

**Parágrafo Quinto:** Em razão da natureza intermitente do labor em transporte escolar, em que há várias pausas numa mesma jornada de trabalho, fica permitida a concessão de mais de um intervalo intrajornada, bem como, cada qual, podendo ter duração superior a 02 (duas) horas.

**Parágrafo Sexto:** Considerando-se que dentro da dinâmica do labor em transporte escolar, em que, em regra, inexistente prestação de serviços durante as férias escolares que costumam ocorrer nos meses de julho (integralmente ou em parte), dezembro (integralmente ou parte) e janeiro, o Empregador poderá, a seu critério e computar tais lapsos no sistema de Banco de Horas, observando os termos do parágrafo primeiro da presente cláusula, desde que notifique o Empregado.

### Compensação de Jornada

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DAS HORAS EXTRAS

São consideradas horas extraordinárias aquelas laboradas após a 8ª (oitava) hora diária efetivamente trabalhada ou 44ª (quadragésima quarta) semanal efetivamente trabalhada e serão remuneradas com os seguintes acréscimos:

1. 50% (cinquenta por cento) para horas extraordinárias de segunda à sábado;
2. 100% (cem por cento) para horas extraordinárias aos domingos e feriados.

**Parágrafo Primeiro:** Somente serão consideradas e remuneradas como horas extraordinárias aquelas que não forem computadas no Banco de Horas ou compensadas semanalmente.

**Parágrafo Segundo:** Considerando-se que em regra nos períodos de férias escolares pode não haver labor por parte de alguns trabalhadores, tais períodos poderão ser utilizados para a compensação da jornada, em conformidade com o banco de horas.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DO BANCO DE HORAS

O Empregador de comum acordo com o sindicato dos Empregados adotará a instituição do banco



de horas, de modo a estender ou reduzir a jornada de trabalho contratual, desde que necessária para atender as necessidades dos serviços, cujas regras deverão ser estabelecidas da seguinte forma:

Nos termos da LEI nº 9.601/98, parágrafo 2º do Artigo 59 da CLT, foi aceito e celebrado o presente ACORDO COLETIVO DE ACÚMULO E COMPENSAÇÃO DE HORAS DE TRABALHO (BANCO DE HORAS), observando as normas e disposições contidas na LEGISLAÇÃO, ficando estabelecido as seguintes condições:

**Parágrafo primeiro: DOS DIAS DA SEMANA E QUANTIDADE MÁXIMA DE HORAS A SEREM ACUMULADAS POR DIA:**

Dos dias a serem acumuladas as HORAS DE TRABALHO e o limite máximo de horas ficam da seguinte forma:

**SEGUNDA A DOMINGO 4:00 HORAS**

**Parágrafo segundo: DA QUANTIDADE E HORAS A COMPENSAR PARA CADA UMA HORA ACUMULADA TRABALHADA DE ACORDO COM O DIA DA SEMANA:**

Com relação a cada hora trabalhada e acumulada, dentro do BANCO DE HORAS, será equivalente a quantidade descrita a seguir na hora da compensação: De segunda-feira a sábado para cada 01:00 hora acumulada será equivalente a 01:00 hora a ser compensada e os Domingos e Feriados para cada 01:00 hora acumulada será equivalente a 02:00 horas a serem compensadas.

**Parágrafo terceiro: DO PRAZO PARA A COMPENSAÇÃO DAS HORAS ACUMULADAS:**

O prazo para COMPENSAÇÃO DAS HORAS ACUMULADAS será de 01 (hum) ano, a contar da primeira hora incluída no mesmo, sendo definida a data de COMPENSAÇÃO pelo Empregador, sendo que, em face da natureza do labor em transporte escolar, as horas excedentes serão compensadas nas férias, ou seja, no recesso escolar, dos meses de julho, dezembro e janeiro.

O Banco de Horas será feito no período de 12 meses.

**Parágrafo quarto: DO ACOMPANHAMENTO DAS HORAS ACUMULADAS:**

Será emitido mensalmente ou disponibilizado por meio de sistema ou aplicativo pelo Empregador e entregue aos Empregados envolvidos, juntamente com o comprovante de pagamento mensal, o EXTRATO INFORMATIVO da quantidade de horas efetuadas no mês, inclusive as horas acumuladas.

Destaca-se que a Empregador poderá controlar a jornada de trabalho dos seus Empregados, através de sistema eletrônico de ponto, batido pelo próprio Empregado de maneira digital e/ou biométrica, em equipamento físico ou aparelho móvel ou através do DIÁRIO DE BORDO, preenchido pelo próprio Empregado e conferido por dois outros Empregados do Empregador.

**Parágrafo quinto: DA FALTA DE COMPENSAÇÃO DENTRO DO PRAZO ESTIPULADO E EM CASOS DE RESCISÃO CONTRATUAL:**

A não compensação das horas acumuladas, dentro do prazo estipulado, ou em casos de Rescisão



Contratual, serão pagas ao Empregado, de acordo com os percentuais citados em hora extra do presente acordo.

**Parágrafo sexto: DA ADMISSÃO:**

Os Empregados que vierem a ser admitidos após a celebração deste acordo estarão automaticamente enquadrados nas cláusulas contidas neste.

**Férias e Licenças**

**Duração e Concessão de Férias**

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA - FÉRIAS**

Observando o disposto no art. 135 da C.L.T., as férias somente poderão ter início em dias úteis.

**Parágrafo Primeiro:** A critério do Empregador, poderão ser concedidas Férias Coletivas laborais nos períodos de férias escolares, que costumam, em regra, ocorrerem nos meses de julho, dezembro e janeiro de cada ano, uma vez que em tal lapso não há prestação de serviços de transporte escolar, sendo que o Empregador que assim agir deverá comunicar a todos os Empregados com antecedência mínima de 01 (um) mês antes do início do gozo, bem como comunicar ao Sindicato Profissional.

**Parágrafo Segundo:** A concessão de Férias Coletivas fora dos períodos de férias escolares deverá ser comunicada por escrito ao SINTRATEOR, além de comunicar aos Empregados 01 (um) mês antes do início do gozo.

**Saúde e Segurança do Trabalhador**

**Condições de Ambiente de Trabalho**

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ÁGUA POTÁVEL, SANITÁRIOS E ARMÁRIOS.**

O Empregador se obriga a manter no local de trabalho, água potável, para consumo de seus Empregados, bem como sanitários masculinos e femininos em perfeitas condições de higiene; armários individuais para guarda de roupas e pertences pessoais dos Empregados, desde que a troca de roupas decorra de exigência da atividade desenvolvida.

**Parágrafo único:** O Empregador deverá fornecer equipamento individual de proteção ou coletivo conforme a necessidade do trabalho e for necessário.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DESVIO DE FUNÇÃO**

Não cabe ao Empregador, exigir que o Empregado desempenhe função diversa daquela, na qual foi efetivamente contratado, não estando conforme discrimina o CBO da categoria, ressaltando-se



que, a simples colaboração periódica com a higienização interna do veículo não caracteriza desvio de função, fazendo parte da rotina profissional dos Motoristas e Monitores.

## Uniforme

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - PADRONIZAÇÃO DE UNIFORME DOS EMPREGADOS

Quando o Empregador exigir o uso de uniforme no exercício da função, deverá fornecer aos seus Empregados no mínimo dois jogos completos do respectivo uniforme, incluindo os de uso no verão e inverno.

## Relações Sindicais

### Sindicalização (campanhas e contratação de sindicalizados)

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO

O Empregador permitirá que o Sindicato Profissional promova campanhas de sindicalização de seus representados, no local onde se realiza o trabalho de transporte escolar.

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL/ NEGOCIAL PROFISSIONAL

O Empregador descontará do SALÁRIO BRUTO do empregado, sindicalizado ou não, a CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SISTEMA ASSISTENCIAL, de que trata o inciso IV, do artigo 8º da Constituição Federal, em favor do Sindicato dos Empregados, de acordo com a Assembleia Geral da Categoria.

**Parágrafo Primeiro:** A contribuição assistencial/negocial profissional será dividida em 12 (doze) parcelas iguais, de 2% (dois por cento), incidindo respectivamente sobre os salários de maio de 2024 a abril de 2025. A referida contribuição deverá ser paga mensalmente até o dia 10 do mês subsequente.

**Parágrafo Segundo:** O recolhimento deverá ser efetuado em Agência Bancária por impresso próprio que será fornecido ao Empregador pela Entidade Sindical Profissional.

**Parágrafo Terceiro:** O recolhimento da contribuição assistencial/negocial profissional, efetuado pelo Empregador fora do prazo será acrescido de multa de 2% (dois por cento), além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

**Parágrafo Quarto:** O Empregado que desejar efetuar a carta de oposição ao referido desconto da contribuição assistencial/negocial, deverá fazê-la por escrito a próprio punho em 03 (três) vias originais e entregá-las pessoalmente na sede da Entidade Sindical, sito Av. São José n.º 392, Vila Ayrosa, Osasco/SP de segunda a sexta feira no horário comercial. O prazo limite para entrega da carta de oposição será de até 10 (dez) dias corridos da assinatura da CCT, que será disponibilizado no site da entidade: [www.sintrateor.org.br](http://www.sintrateor.org.br), link Convenção Coletiva, aba Transporte Escolar.

**Parágrafo Quinto:** O Empregado que optar por não recolher a devida Contribuição, não terá direito as Cláusulas do Acordo Coletivo Vigente.

#### **CLAUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – DA OPOSIÇÃO**

Fica assegurado, pelo Sindicato SINTRATEOR, o direito do trabalhador, de se opor, na Assembleia Geral Extraordinária de campanha salarial, a todo e qualquer desconto criado por meio de instrumentos coletivos que venham a ser celebrados pelo sindicato.

#### **CLAUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO**

Fica assegurado aos representantes da diretoria do SINTRATEOR, o direito de manterem contato com os empregados do Empregador signatário, nas suas dependências, sempre que necessário, devendo a Empregador ser previamente comunicada da presença do Sindicato.

**Parágrafo Primeiro:** A presença do Sindicato Profissional nas dependências do Empregador terá como objetivo a campanha de sindicalização, além da concessão de ampla liberdade de divulgação do presente Acordo Coletivo e outros informativos de interesse da categoria.

#### **CLAUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - LICENÇA REMUNERADA DOS DIRETORES DO SINDICATO OBREIRO**

Fica assegurado aos Diretores do Sindicato Profissional a licença remunerada para atender as necessidades de serviço da Entidade, durante a vigência do mandato.

#### **CLAUSULA TRIGÉSIMA NONA - LGPD - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

As partes reconhecem a Lei 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a ela se sujeitam.

**Parágrafo único** - Considerando o legítimo interesse das partes previsto no artigo 10, II da Lei 13.709/2018, em especial as prerrogativas do SINTRATEOR referentes a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria representada. nos termos do art. 8º, da Constituição Federal, ao Empregador, sempre que solicitado, encaminhará ao SINTRATEOR as listas dos Empregados, previstas nas cláusulas deste ACT. A Entidade receptora das listagens seguirá a finalidade, a adequação, a necessidade e a segurança para uso dos dados, adotando regras de boas práticas e governança.

#### **Disposições Gerais**

#### **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - MULTA POR INADIMPLÊNCIA DAS CLÁUSULAS PACTUADAS**



Fica estipulada multa de 20% (vinte por cento) do maior piso salarial, por cláusula, previsto neste Instrumento Coletivo em favor do prejudicado, na hipótese de descumprimento por cada de quaisquer das cláusulas descumpridas independente do assunto.

**Parágrafo primeiro:** Das cláusulas inadimplentes poderá ser proposta ação de cumprimento contra a Empregador inadimplente, para cumprir ou demonstrar que cumpriu as cláusulas deste instrumento coletivo.

**Parágrafo segundo:** Caso seja necessário o ajuizamento de ação de cumprimento, fica estabelecido que se comprovado o inadimplemento, será aplicada a multa estabelecida neste instrumento, por cada cláusula descumprida e por trabalhador prejudicado, em favor do sindicato laboral, bem como honorários advocatícios.

### Outras Disposições

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - RELAÇÃO DOS EMPREGADOS, CARGOS E SALÁRIOS.**

O Empregador obriga-se a fornecer trimestralmente, ao Sindicato dos Empregados, relação de todos os Empregados, contendo o nome, data de admissão, cargo e salário, bem como informações relativas aos recolhimentos do FGTS, bem como qualquer informação pertinente a qualquer momento em que o Sindicato Profissional solicitar por escrito, podendo ser por meio eletrônico;

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DOS EXAMES TOXICOLÓGICOS E DA UTILIZAÇÃO DO BAFÔMETRO E SUSPENÇÃO DA CNH**

Considerando a natureza social do instituto e enquanto vigente norma legal que a imponha, deverá o motorista submeter-se ao exame toxicológico, bem assim como o registro no EAR. Em caso de recusa injustificada, mantida depois de oferta patronal para custeio do exame à título de adiantamento salarial parcelado em até três vezes, o vínculo de emprego estará sujeito a rescisão motivada.

**Parágrafo primeiro** – No caso de exame positivo, o contrato de trabalho estará suspenso por 90 (noventa) dias, tempo regimentar para que o motorista possa fazer a contraprova do exame, em sendo essa confirmada positivo abre-se a possibilidade ao Empregador da dispensa por justa causa por infração ao art. 482 letra “b” e “e”, tendo em vista a gravidade de manter motorista que não apresente a CNH renovada na categoria “D” ou “E” e com exercício da atividade remunerada (EAR) estabelecida de acordo com os ditames legais.

**Parágrafo segundo** – A critério do Empregador poderá ser solicitado a qualquer Empregado de qualquer função durante sua jornada de trabalho, que se submeta reservadamente ao teste de bafômetro, sem que tal possa gerar qualquer constrangimento ou efeito indenizatório por tratar-se de norma de Medicina e Segurança do Trabalho. Em caso de recusa do Empregado, será dispensado de suas atividades funcionais e descontado o dia de trabalho de seu salário, bem como vale transporte.

**Parágrafo terceiro** – Em caso de suspensão da CNH por qualquer motivo contrato de trabalho do Empregado motorista ficará suspenso por igual período, não sendo causa de demissão.

**Parágrafo quarto** – Em qualquer das situações acima em que o contrato de trabalho esteja suspenso a Empregador fica desobrigada da remuneração salarial do Empregado durante todo o período da suspensão do contrato de trabalho.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DIVULGAÇÃO DESTE INSTRUMENTO**

As partes signatárias comprometem-se a divulgar os termos do presente acordo entre os seus representados.

E, por estarem às partes justas e a acertadas, assinam o presente Acordo Coletivo de Trabalho, em sete vias, comprometendo-se consoante dispõe o artigo 614 CLT, a promover o depósito da mesma, para fins de registro e arquivo, na Delegacia Regional do Trabalho e do Emprego em São Paulo.

Franco da Rocha, 31/07/2024

#### **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM AUTO ESCOLA, C.F.C., DESPACHANTES E TRANSPORTE ESCOLAR DE OSASCO E REGIAO/SP**



---

HUMBERTO FERNANDO DA SILVA  
Presidente

#### **TRANSPORTE ACESSIVEL UNICARGA LTDA**



---

ALEXANDRE DE FREITAS BORGES  
Sócio-Diretor